



ISSN 1988-5261

Vol 8, Nº 19 (diciembre / dezembro 2015)

## O TURISMO NO ESPAÇO RURAL COMO VALORIZADOR DAS TERRITORIALIDADES CULTURAIS: O CASO DE DUAS FESTAS TRADICIONAIS

**Clediane Nascimento Santos**

cle26santos@gmail.com

UNESP – Univ. Estadual Paulista, Presidente Prudente

**Sueli Aparecida De Souza**

suelli.viana@hotmail.com

UNESP – Univ. Estadual Paulista, Presidente Prudente

**Rosângela Custodio Cortez Thomaz**

rocortez@rosana.unesp.br

UNESP – Univ. Estadual Paulista, Presidente Prudente

**RESUMO** - As festas tradicionais em suas mais diversas vertentes distribuídas por todo contexto do país, têm emergido na contemporaneidade como atrativos turísticos em potenciais. Nesse sentido, simultaneamente, essa possibilidade poderá cooperar pelo avivamento e a preservação da cultura, se apoiado em um planejamento coerente com a realidade onde se realiza. Desse modo, esse estudo tem a intenção de abordar e analisar as manifestações culturais existentes no assentamento Gleba XV de Novembro, Município de Rosana e Distrito de Gardênia, município de Rancharia/SP, como as festas tradicionais (Folia de Reis e Festa de São Sebastião) enquanto possibilidade turística. Buscou-se assim, verificar com os percussores acerca dessas festividades os quais revelaram que mesmo em face das mudanças sociais, econômicas, espaciais e culturais, tem se empenhado por preservar suas tradições e costumes.

**Palavras chave:** Turismo Rural, Festas, Assentamento Gleba XV de Novembro, Distrito de Gardênia.

### **TOURISM IN RURAL AREAS AS VALUE OF CULTURAL TERRITORIALITIES: THE CASE OF TWO TRADITIONAL FESTIVITIES**

**ABSTRACT** - Traditional festivals in its various strands distributed throughout the country context, have emerged in contemporary times as tourist attractions in potential. In this sense, simultaneously, that possibility may cooperate for the revival and preservation of culture, supported by a coherent planning with reality where it is held. Thus, this study has the intention to address and analyze existing cultural events in Gleba XV of Novembro settlement, city of Rosana/SP and Gardenia District, city of Rancharia/SP, as religious traditional festivals (Folia de Reis and Feast of St. Sebastian) while tourist possibility. It attempted to thus check some reviews and profiles of participants (locals) about these festivities which revealed that even in the face of social, economic, spatial and cultural changes, has been engaged to preserve their traditions and mores.

**Key words:** Rural Tourism, Feast, Settlement Gleba XV de Novembro, District Gardenia.

## INTRODUÇÃO

O espaço rural vem se transformando ao longo do tempo, e com ele, foram surgindo novas atividades econômicas que tem contribuído para a permanência do homem no campo e igualmente para a valorização dos suas tradições e costumes.

Nesse sentido, a vivência do ser humano vem gerando ao longo do tempo, uma herança, que pode ser material ou imaterial, representada em diversas formas, tais como: pensamentos, sensibilidades, costumes, formas construtivas, manifestações artísticas. “Essa herança está indissolúvelmente ligada ao território em que ocorre, portanto, causa uma enorme variedade e riqueza de respostas humanas”. Partindo desse pressuposto, a cultura evidencia a existência humana e demarca o seu espaço, caracterizando - o como um território delimitado por especificidade, com diversos usos e significados que o diferencia de outros lugares (THOMAZ, 2010, p.38).

A inserção de novas atividades no uso do espaço rural, contribuiu também para se pensar na oferta e demanda turística, por meio de sua segmentação associado com o turismo em espaço rural.

Segundo Thomaz (2010), essas transformações na segmentação turística, especialmente,

[...] têm valorizado os espaços rurais com um apreciável grau de equilíbrio ecológico. Paralelamente, as transformações na estrutura da produção agrária, consequência da crise de superprodução obrigou novos delineamentos no modelo produtivo rural, entre os quais o fenômeno social do turismo está destinado a constituir-se um recurso econômico de primeira magnitude pela fácil adaptação dos recursos rurais em elementos de oferta turística (THOMAZ, 2010, p. 36-37).

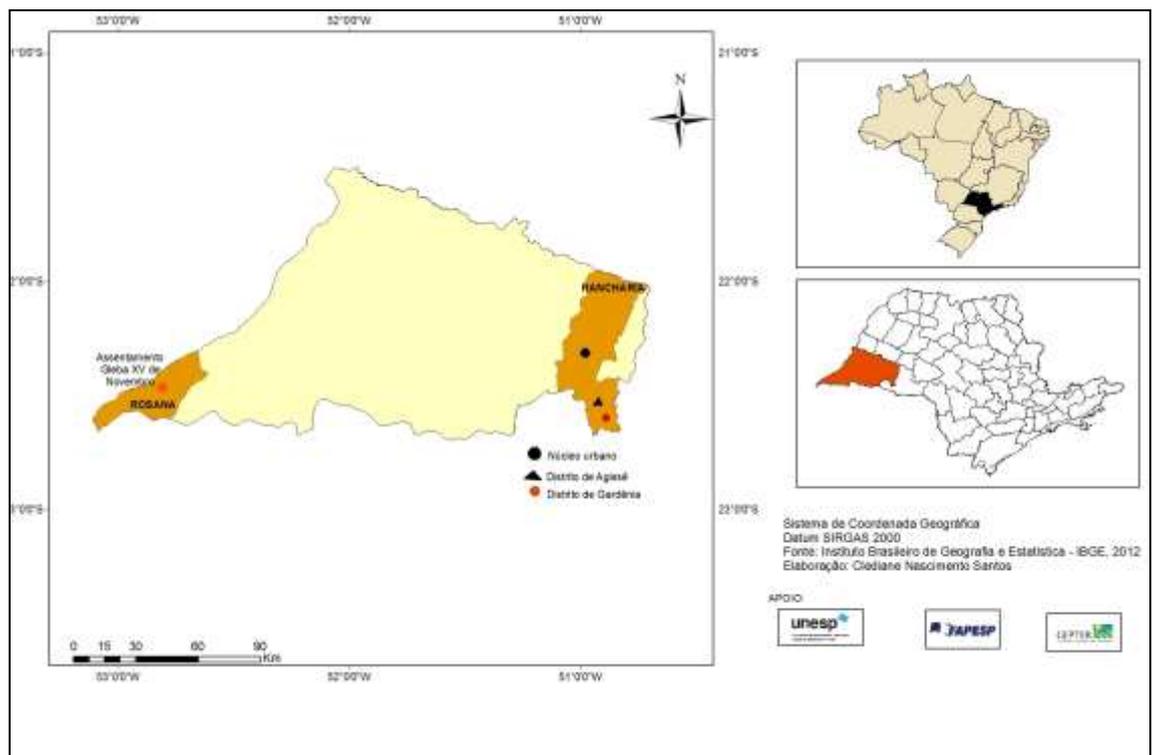
Aquém dos fatores financeiros, a atividade turística, pode contribuir para valorizar os recursos naturais e culturais existentes, haja vista que, a cultura pode ser uma abertura para a criação de múltiplos territórios.

Assim, o turismo, dentre todos os seus atributos, pode-se considerar que as peculiaridades de cada local, entendidas como as territorialidades são unidades basilares para sua efetivação. Assim, a Folia de Reis e a Festa de São Sebastião são predicativos sui generis desses lugares que representam parte de sua cultura.

Nesse sentido, o entrelaçamento do território, turismo e festividades que tentaremos nos debruçar nesse artigo, refletindo sobre as possibilidades de fortalecer essas territorialidades apresentadas por meio das festividades no espaço rural.

À vista disso, no que diz respeito as festividades, serão analisadas duas que estão inseridas no contexto rural da região do Pontal do Paranapanema, a saber, a Folia de Reis e a Festa de São Sebastião, que ocorrem respectivamente, no assentamento Gleba XV de Novembro (Município de Rosana) e Distrito de Gardênia (Município de Rancharia), conforme ilustra a Figura 1. Estas foram selecionadas por serem as mais antigas do recorte espacial mencionado.

Figura 1: Recorte espacial, Municípios de Rosana-SP e Rancharia-SP



Fonte: Santos, 2015.

Destarte, os procedimentos metodológicos adotados nessa investigação qualitativa das territorialidades culturais foram as entrevistas semi-estruturadas realizadas com os seus precursores e, no caso, específico, da Festa de Sebastião, foi empregado também o questionário.

## TERRITORIALIDADE

A territorialidade é inerente ao processo de territorialização, ou seja, é predicativo de quem gera território. Nesse sentido, a territorialização tem como alicerce

a vida cotidiana, os que os indivíduos concebem, percebem e sentem, sejam no setor econômico, político e cultural (SAQUET, 2005).

A concepção do território, de acordo com alguns autores, tais como Fernandes (2005), Saquet (2005; 2007; 2011) e Raffestin (1993) está associado a noção de poder e ao conflito.

Segundo Saquet, o Estado, representa o poder. Partindo desse pressuposto, o poder significa as divergências, que surgem, especialmente, nas relações sociais, nas distintas intencionalidades, nas “relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana, etc”. Assim, o território, nesta multidimensionalidade do mundo, abarca distintos entendimentos sobre múltiplas territorialidades (2007, p.33).

Entende-se que, o poder é exposto nas relações sociais, nas ações do Estado, nas instituições privadas, na vida cotidiana, ou seja, ações que tendem ao controle e a dominação sobre os seres humanos e os bens (SAQUET, 2007, p.33).

Para Raffestin, o território tem sua formação a partir do espaço, por isso, “é o resultado de uma ação conduzida por um ator”. Este, ao apropriar-se de um espaço, concreta ou abstratamente, se territorializa (1993, p. 143).

Segundo Andrade, a concepção de um território produz nas pessoas que nele vivem a consciência de sua participação, atribuindo um sentido subjetivo a territorialidade. Para este autor, a expressão territorialidade poder ser compreendida, genericamente, como o que se encontra no território, estando a mercê da gestão territorial pelo Estado, como também pelo processo subjetivo de consciência (1995).

De acordo com Souza, o singular de territorialidade faz uma alusão mais abstrata do que faz o território, subentendido como aquele regrado “pelas relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial”. Já, o uso do termo territorialidades, no plural, traz um entendimento de como esses territórios podem ser qualificados a partir de elementos, tais como propriedades, dinâmica, cultura, etc. (2006, p.99).

Consoante a isso, Saquet, afirma que o território é consequência das relações, sejam elas: sociedade e a natureza como qualidade para a reprodução social; “*campo* de forças que envolvem obras e relações sociais (econômicas – políticas – culturais) historicamente determinadas”. O território é fruto e decisivo na reprodução da relação sociedade-natureza e, conseqüentemente da territorialização, sendo resultado do

processo de interação dos grupos ou das classes sociais com suas territorialidades cotidianas, num constante devir (2011, p.26-27).

As territorialidades, segundo Saquet (2011) podem ser econômicas, políticas e culturais. Todas, são, concomitantemente, consequência dos condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território numa oscilação constante de desterritorialização e reterritorialização, a partir das relações sociais, das apropriações e das demais práticas espaço-temporais. Em virtude disso, as territorialidades definem cada território, “influenciando, ao mesmo tempo, na sua própria reprodução (com rupturas e permanências), a partir do território formado, isto é, são influenciadas pelo território em cada relação espaço-tempo” (p.27).

Para Soja (1993), por meio da teoria de Foucault, aponta que a territorialidade é um produto da operacionalidade do espaço/poder/saber que municia a base para espacializar e temporalizar o funcionamento do poder.

A territorialidade compreende um processo de troca e/ou comunicação, ou seja, “relações que são mediatizadas, simétricas e dissimétricas com a exterioridade”, no qual está imerso em um “quadro da produção, da troca e do consumo das coisas” (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Cada sistema territorial, converge e segrega sua própria territorialidade, no qual os indivíduos vivem. A partir disso, Raffestin, afirma que, “a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da “face agida” do poder”. Sendo que, só será possível a sua análise por meio do entendimento das relações reais contextualizada, sócio-histórico e espaço - temporalmente (1993, p. 161-162).

Por isso, Saquet, ressalta que o território “é resultado do processo de territorialização e das territorialidades vividas por cada grupo social em cada relação espaço-tempo” (2011, p.15).

A esse respeito as contribuições de Soja (1993, p. 183), apontam que, a territorialidade é um termo mais abrangente e faz alusões a

noções particularizadas, como soberania, propriedade, disciplina, vigilância e jurisdição. Refere-se à produção e à reprodução de recintos espaciais que não apenas concentram a interação (o que é um traço de todos os locais), mas também intensificam e impõem sua delimitação. A territorialidade, quase por definição, está presente em todos os locais, pelo menos na fronteira mais externa (onde começa a ausência de interação). Mas essa delimitação pode ser mais ou menos

rígida ou permeável e pode mudar de forma ao longo do tempo. Também pode existir dentro do cenário local.

Por isso, a territorialidade também significa correlações de poder, política, econômica e cultural; distinções, identidades e representações; apropriações, controles, delimitações e domínios; influências e redes; práticas espaço-temporais construídas e definidas a partir das sociabilidades cotidianas (SAQUET, 2011).

Territorialidades que se fazem presentes na multiplicidade da existência humana, como por exemplo, nas relações que são vividas, sentidas, percebidas e compreendidas, simultaneamente e com ritmos e intensidades distintas (SAQUET, 2011). Nesse sentido, a Folia de Reis e a Festa de São Sebastião, conferem aos territórios onde se localizam, particularidades que tornam sua presença e existência única. Sendo assim, podem existir muitas outras Folias de Reis e tantas outras Festas de São Sebastião, mas nenhuma delas poderão representá-las, pois cada uma tem sua própria peculiaridade, sendo singular para as pessoas que preparam e participam no assentamento Gleba XV de Novembro e Distrito de Gardênia.

O território é o epicentro que concentra as relações multidimensionais que se (i) materializam, se constroem e se desconstroem, num constante processo relacional, num vai-e-vem que se territorializam em consonância com as temporalidades e territorialidades (SAQUET, 2011). A Folia de Reis e a Festa de São Sebastião são frutos dessas relações espaço-temporais-territoriais, do recorte espacial selecionado.

## **AS FESTAS COMO POSSIBILIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL**

A sociedade contemporânea, sob as implicações das contínuas mudanças (sociais, econômicas, científicas e culturais) vivenciadas nas últimas décadas tem avivado seu interesse pelo patrimônio cultural. Esse fato é compreendido por diversos motivos, dentre os quais, os próprios debates acerca da identidade, patrimônio cultural, etc., suscitados no mundo globalizado (ALMEIDA, 2014).

Nesse âmbito, o turismo como um sistema amplo que se movimenta pelas mais vastas ofertas de atrativos tem, nas manifestações culturais, um produto em potencial a ser aproveitado (RIBEIRO, 2004). De acordo com Tomaz (2010), áreas que dispõem de bens culturais têm, na atividade turística, uma oportunidade de instrumentalizar o

desenvolvimento comunitário e, simultaneamente, contribuir na preservação de suas tradições.

Igualmente, Almeida (2014) vem corroborar que o turismo, como um fenômeno social com notável crescimento na contemporaneidade, tem assumido relevante função econômica, viabilizando dinamizar áreas deprimidas nas dimensões econômicas e sociais. Nessa lógica, Madeira (2006) adverte que, o patrimônio cultural material ou imaterial em suas mais diversas manifestações, como marca e memória das práticas do homem ao longo do tempo, necessita ser tratado com cautela por parte do poder público em uma proposta de turismo cultural.

Posto isto, a autora Madeira (2006) acrescenta que dentre as ações que visam minimizar os impactos negativos factíveis da atividade turística estão a averiguação das opiniões dos envolvidos (moradores locais e visitantes/turistas), o gerenciamento efetivo por parte dos agentes responsáveis, como o Poder Público municipal e a adoção de programas educativos visando a preservação dos atrativos.

Conforme anunciado por Almeida, a relevância do turismo como fonte econômica, tem atualmente, também inserido o patrimônio cultural como perspectiva de desenvolvimento. Assim sendo, conseqüentemente, revela-se o interesse pela preservação, recuperação e difusão dos diversos elementos que compõe esse patrimônio cultural, a fim de, por meio de seus aspectos singulares inserirem no mundo globalizado. Nesse âmbito, complementa Almeida, que, para e pelo turismo as distintas manifestações culturais (festas religiosas, peregrinações etc.) são reinventadas como atrativos turísticos (2014).

Para Jurkevics (2005), as festas religiosas como fenômeno cultural têm sido recriadas e revitalizadas como um prolífero campo de investigação, ultrapassando sua perceptibilidade, demonstrando crenças e saberes de uma identidade coletiva delimitada por um tempo.

A mesma autora expõe que “as festas revelam a essência de respeito fundante à fé e a fraternidade comunal, que alimentam as manifestações religiosas e perpetuam as tradições que constituem um verdadeiro patrimônio cultural”. Dessa forma, tem-se caracterizado as festas brasileiras desde os séculos iniciais da colonização, representando um momento único de sociabilidade, posto que, majoritariamente, era por meio dessas manifestações que a população interagia (JURKEVICS, 2005, p.74).

No tocante as festas, estas revelam a sociedade, podendo ser uma diversão privada ou de uma memória coletiva que se quer guardar. Outro elemento que a

qualifica é a possibilidade de se entender o passado histórico-cultural, por meio da associação entre o passado e o presente (SANTOS, 2009).

Segundo Brandão a festa pode ser considerada um ritual ou uma configuração de rituais, cujo acontecimento se opõe à rotina e coloca as pessoas, as instituições e a própria vida social diante do espelho fiel ou invertido do que são, quando não são a festa, parece ocorrer com uma a que tem acontecido com o outro (2010; 2003).

Segundo Ribeiro (2004, p. 48) as festas populares são realizadas para comemorar um acontecimento, seja, agrícola ou religioso “que faz parte do cotidiano, possui sua organização no seio da comunidade, a partir da arrecadação de recursos e da ajuda do poder municipal”. Essa concepção para o autor (2004) está estritamente em conformidade com os símbolos e a identidade do lugar, sendo a expressão de uma comunidade que se reúne por interesses comuns pela fé, ou apenas para celebrar.

Para Araújo, as festas são comemorações que acontecem desde o *homo faber*. Nesse período o ser humano deixou de ser nômade, pois passou a produzir seu próprio alimento, plantando e, assim permanecendo na terra. Dessa maneira, as festas realizadas representavam o agradecimento pelo sucesso da colheita (1997).

A partir do plantio agrícola surgiram os ritos para proteção e produção, com o culto as divindades nas quais acreditavam. Assim, foram incluídas as festividades, elementos, tais como, o trabalho, as técnicas, a distribuição, fortalecendo a organização enquanto sociedade (ARAÚJO, 1977).

As festas que foram surgindo com as colheitas e semeaduras, contribuíram para que houvesse momento de socialização entre os indivíduos. Algumas destas festividades sobreviveram ao longo do tempo, a saber, a festa de São João e do Divino Espírito Santo. Com o decorrer dos tempos, as festividades que eram realizadas em comemoração pela colheita foram se expandindo, dando origem a diversas outras, como por exemplo, as de celebração dos santos padroeiros, aos bailes, etc. (ARAÚJO, 1977).

A Igreja Católica Apostólica Romana, também foi responsável pelo surgimento de algumas festividades e com a institucionalização de um calendário festivo religioso. Esse calendário é seguido tanto no espaço rural quanto no urbano. Assim, a festa de São Sebastião, segue o calendário festivo da Igreja Católica (ARAÚJO, 1977; BRANDÃO, 2010).

Na compreensão de Almeida a festa em sua gênese “é um dia de celebração marcado por um contexto religioso. É o dia da demonstração pública pela qual se deseja “tocar” o espírito do próximo [...]” (ALMEIDA, 2014, p.126). Nessa linha de

compreensão, a autora (2014, p. 126) complementa embasada em Duvinaud (1991), que “as festas são um pretexto ideológico das sociedades que projetam nelas seus valores que elas gostariam de consolidar e, por meio da teatralização, o homem procura dar certa representação de si mesmo”.

As festas para o homem do campo, na década de 1970, tinham três conotações: atividade religiosa como, por exemplo, Corpus Christi, Semana Santa; as festas profano-religiosas, tais como os reisados, festa do Divino, procissões; e festança, que é uma festa laica, desvinculada da religião, tais como carnaval, festa de cowboys (ARAÚJO, 1977).

Segundo Brandão (2010), na contemporaneidade, há,

Novas formas de viver o *festejo* ou a redescoberta de formas antigas para nosso mundo parecem estender o poder e o significado da *festa*. Cada vez mais ela não quer tanto se opor à rotina, ao trabalho produtivo, mas sim invadi-los. Invadir a política, o lado sério, as relações que entre si os homens trocam. Para aqueles a quem o sentido da *festa* tem sempre a ver com o tradicional, a memória do antigo ou a proximidade do sagrado [...] BRANDÃO, 2010, p. 21.

As festividades, segundo Santos (2009), são acontecimentos que se fazem presentes nos lugares turísticos. Em alguns casos, são elas, o próprio atrativo, como podem ser citados o turismo de cunho cultural e religioso nas cidades de Aparecida, Iguape, e Pirapora do Bom Jesus, o turismo cultural, nos quais as pessoas se deslocam à Salvador para presenciarem a lavagem da Igreja do Senhor do Bonfim, na Bahia, para assistirem o festival folclórico de São Luiz do Paraitinga/SP, entre tantas outras festividades existentes no país.

A Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura – Unesco (2005, p. 3), estabelece o patrimônio como “o conjunto de elementos naturais e culturais, tangíveis e intangíveis, que são herdados do passado ou criados recentemente”.

Na concepção de Thomaz (2010, p.38) patrimônio cultural:

É um conjunto de valores tangíveis e intangíveis que se têm conservado até nossos dias e que se identificam com um grupo humano. Um patrimônio, que vai desde o próprio meio natural ao artístico passando pelo histórico, etnológico, documental, e, mesmo, pelas formas do pensamento. É, portanto, fruto da natureza e da ação do homem, pelo qual se constitui como elo das sociedades antecedentes, que nós temos a responsabilidade de não só recuperar, conservar e transmitir senão também de acrescentar as contribuições de nosso tempo.

Nesse sentido, de maneira mais abrangente do que representa patrimônio pode-se considerar todos os elementos materiais ou imateriais que simbolizam a ação humana, logo compreendida como cultura (ARAGÃO; MACEDO, 2011).

Dado o exposto, o patrimônio cultural representa as territorialidades culturais que são realizadas pelos sujeitos, no recorte espacial desse artigo. Nesse sentido, as territorialidades são a Folia de Reis do assentamento Gleba XV de Novembro e a Festa de São Sebastião, no distrito de Gardênia.

### **A Folia de Reis**

O município de Rosana está localizado no extremo oeste do estado de São Paulo, pertencente à região do Pontal do Paranapanema. Tem como limites os seguintes municípios: Teodoro Sampaio (SP), Euclides da Cunha Paulista (SP), Diamante do Norte (PR), Bataiporã (MS) e Anaurilândia (MS).

Segundo o IBGE (2010), o município possui uma área de 742, 870 km<sup>2</sup> e uma população total estimada em 19.691 pessoas, no qual 15.859 é urbana e 3.832 rural. Compõe o seu território, quatro assentamentos de reforma agrária: Gleba XV de Novembro, Nova Pontal, Bonanza e Porto Maria. Entretanto fará parte dessa pesquisa apenas o assentamento Gleba XV de Novembro.

A denominação do grupo de Folia de Reis é Estrela Guia. Este grupo iniciou sua atividade na cidade de Belo Horizonte/MG, com a liderança de Domingos Soriano. Com a mudança para o estado de São Paulo com sua família, em busca de melhores condições de vida, trouxe a Folia consigo. O precursor antes de falecer, pediu ao seu filho que continuasse com o grupo, e assim por meio de uma promessa feita ao seu pai, o filho aceitou o compromisso e deu continuidade a tradição da família (SANTOS, 2009; 2013).

De acordo com Ikeda (2011), há diferentes tipos de folias: a baiana, a goiana e a mineira. No caso, esta Folia de Reis é de tradição mineira, em virtude do próprio local de nascimento do precursor.

No que diz respeito ao período de realização, a festa acontece sempre no dia 06 de janeiro, e o local é a capela que fica dentro do lote dos próprios mestres. Nesse sentido, desde de 1987, a festa vem sendo realizada no lote dos precursores da Folia.

A sua realização compreende um ritual, que normalmente fundamenta-se em: saída, também conhecido como giro ou jornada; a visita nas casas e o fechamento da bandeira. Para isso, alguns elementos são indispensáveis, para o desenvolvimento da jornada, a saber, os instrumentos musicais, os participantes e a bandeira.

Não há uma rigurosidade em relação ao período de saída com a bandeira (Figura 02). Dessa forma, o mestre e o próprio grupo dispõem de autonomia para adequar a sua realidade.



Figura 2 – Folia de Reis, Bandeira adornada. Fonte: Santos, 2013.

A saída é, normalmente, feita antes do Natal, em virtude da quantidade de casas que o grupo tem que visitar, assim, sair antecipadamente é uma tentativa de passar na casa de todos que pediram a visita.

Dado o exposto, a saída ocorre entre o dia 10 e 15 de dezembro, mas, tradicionalmente, ela deveria ocorrer na noite do dia 25 de dezembro após a missa do Natal.

O grupo sai com aproximadamente, entre 8 a 12 pessoas para realizar a jornada. Destarte, esse número, pode ser inferior, em virtude da dificuldade de reunir mais participantes que possam deixar seus afazeres, seu trabalho com a lida na propriedade para acompanhar o grupo.

As principais funções exercidas pelas pessoas que acompanham o grupo são: embaixador; rainha, bastiões e foliões. O mestre, também conhecido por embaixador, tem a responsabilidade de coordenar o grupo e compete a ele puxar os cantos em primeira ou segunda voz. O contramestre é incumbido de cuidar das ofertas recebidas e se, por ventura necessitar, poderá substituir o mestre. A rainha, também conhecida por bandeireiro, bandeirista ou alferes da bandeira, é encarregada de proteger a bandeira (BOTELHO; SANTOS, 2003).

Os bastiões, também conhecidos como palhaços, são responsáveis pela execução do ritual da folia: cantar pedindo a oferta ou esmola e as brincadeiras que animam a folia (SANTOS, 2009). São três bastiões, representando simbolicamente o número dos três Santos Reis.

A entrevista com o precursor desta festividade apontou que, a realização da Folia de Reis é a maneira na qual eles podem manter a tradição dos pais. Nesse sentido, a festa simboliza as permanências de uma cultura enraizada no modo de vida local e, portanto, é territorialidade cultural que sobreviveu ao longo do tempo.

A Folia de Reis, até o momento da realização da pesquisa não desfrutavam de ajuda do poder público municipal. E, assim, percebeu-se que este grupo necessitava de apoio para comprar novas vestimentas; novos instrumentos; objetos decorativos para enfeitar a bandeira; entre outros.

Além disso, corre-se o risco desta festividade vir a se perder, e não se ter registro municipal sobre a sua existência, já que o Município não dispõe de arquivo histórico.

### **A Festa de São Sebastião**

No tocante as territorialidades culturais, ou seja, das festividades, particularmente foi constatado por Souza (2012) e Souza; Thomaz (2014), que mesmo em face das mudanças socioeconômicas decorridas nas últimas décadas do Século XX, sobretudo, com a modernização da agricultura, o Distrito de Gardênia contém expressivos elementos culturais. A exemplo, as festas tradicionais religiosas como a Festa de São Sebastião, a Festa de São Benedito e a Festa de Nossa Senhora Aparecida, festividades que integram o calendário religioso e de eventos do Município e o cotidiano dos seus munícipes que as aguardam com grande entusiasmo. Entretanto, para este artigo será retratado a festa que ocorre no espaço rural, dessa forma, será investigado a Festa de São Sebastião.

Assim, diante de um conjunto paisagístico e cultural aprazível as primeiras iniciativas visando ao aproveitamento das potencialidades turísticas do Distrito de Gardênia, deram-se a partir de meados da década de 1990, objetivando atrair investimentos geração de empregos (PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHARIA, 1996).

Baseando-se em Ribeiro (2004) e pesquisas empíricas, Souza; Thomaz (2014, p. 8) explicitam que, a Festa de São Sebastião se evidencia como uma expressão secular e

“religiosa organizada por pessoas da comunidade, sob mediação da igreja, em que se realiza uma homenagem sacra a São Sebastião com missas, procissão, bênçãos e quermesses”. Assim, as autoras (2014) constataram por meio de fontes orais que a Festa iniciou-se em 1918, e teve como motivação o cumprimento de uma promessa a São Sebastião, em consequência de uma seca que se prolongou por vários meses.

A Figura 03 ilustra a imagem do santo, bem como ao fundo a toalha que acompanha anualmente, desde de sua criação, a festa.



Figura 03 - Festa de São Sebastião. Fonte: Autora, 2014.

Portanto, as autoras Souza e Thomaz (2014) observaram que a festa sofreu algumas alterações como a não execução de um sorteio para a escolha dos “festeiros” que organizarão a festa do próximo ano. Há, contudo, indicações dentre a comunidade local a fim de averiguar quem serão os interessados em realizar a festa, medida tomada segundo os festeiros, para garantir a tradição, porém o rito de coroação foi preservado.

Entretanto, observamos que algumas características organizacionais foram readaptadas e outras conservadas. Mesmo com a massiva perda populacional no campo a festa tem sido realizada nesse espaço, ainda que, quando necessário, em propriedade cedida por amigos e/ou parentes.

Nesse âmbito, de acordo com os festeiros, dentre as dificuldades atuais para a promoção da festa, considerando as mudanças ocorridas (econômicas, tecnológicas, espaciais e sociais) no contexto do Distrito, destacam-se a massiva perda populacional, especialmente no campo. Constatamos desse modo, que essa manifestação cultural é a mais tradicional e atrativa e, diferentemente das demais festas que não serão aqui expostas, sua idealização e organização, apesar de sua natureza sacra, se dá espontaneamente, por membros da comunidade que, se encarregam de realizá-la. A vista disso, o pároco da capela assume o papel de mediador somente se

responsabilizando pela realização de uma missa na véspera da festa, posto que, os responsáveis pela novena é a própria comunidade. Quanto aos recursos financeiros, são obtidos durante e após a festa e não são necessariamente doados à capela.

Conforme observamos, admitimos que por ser uma festa originária no contexto rural, com o objetivo de agradecer a chuva e as benesses da colheita, a missa é celebrada em ação de graças a esse acontecimento, com oferendas de diversos frutos e sementes.

Outro fato substancial que verificamos, é que em alguns casos, as propriedades utilizadas a fim de realizar a festa, se encontram desabitadas e arrendadas para o cultivo da cana-de-açúcar ou soja/milho, tendo a função atual de garantir que a festa se realize mesmo diante de um novo contexto produtivo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Alicerçado em dados preliminares obtidos, podemos constatar que mesmo com as mudanças ocorridas na contemporaneidade a comunidade local tem se unido a fim de preservar a sua tradição. Assim, as festas tradicionais religiosas presentes no Distrito de Gardênia, mesmo com algumas adaptações, têm resistido e se efetivado como marca de uma identidade que transpôs gerações. Nesse sentido, considerando o uso e a apropriação do espaço pela prática do turismo no Distrito, e em vista de elementos culturais em potenciais, tem no turismo cultural uma possibilidade promissora para dinamizar o Distrito.

No caso da Folia de Reis, é uma manifestação cultural que está fragilizada, em virtude dos problemas enfrentados mencionados anteriormente, e, por isso, para seu fortalecimento, enquanto territorialidade cultural local, necessita de apoio do órgão público.

Entretanto, as opiniões acerca desses eventos vêm indicar que há necessidade de ações por parte dos agentes públicos responsáveis que venham atender as reais necessidades apontadas e, assim, por meio de um planejamento participativo contribuir para um desenvolvimento socioeconômico adequado com a realidade das festividades existentes, para que assim, valorizados, sejam um recurso em potencial para o turismo.

Por tudo isso, acredita-se que todos os envolvidos devam se sensibilizar de que, estas festividades simbolizam a permanência ao longo do tempo das tradições culturais de um povo. Assim, tendo em vista, a situação em que ambas se encontram, acredita-se que a formulação de políticas públicas que estreitem às relações com a cultura e o

turismo, como uma possibilidade de valoração do modo de vida rural, é basilar para a sua sobrevivência.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. A. Festas rurais tradicionais: novas destinações turísticas?. In: CRISTÓVÃO, A. et al. (Orgs). **Turismo rural em tempos de novas ruralidades**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014.

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo/Recife: Hucitec/IPESPE 1995.

ARAGÃO, I.; MACEDO, J. R. de. Turismo religioso, patrimônio e festa: Nosso Senhor dos Passos na cidade de sergipana de São Cristóvão. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 399-414, dez, 2011. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=611&path%5B%5D=306>. Acesso em 05 Out. 2010.

ARAÚJO, A. M. **Cultura popular brasileira**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

BOTELHO, W.; SANTOS, R.J. Turismo alternativo: potencialidades das festas em Uberlândia-MG, **Horizonte científico**, Uberlândia, v. 2, nº 2, 2003. Disponível em: <<http://www.propp.ufu.br/revistaeletronica/humanas2003/turismo.pdf> >. Acesso em: 03 maio 2009.

BRANDÃO, C.R. **Prece e Folia, Festa e Romaria**. Aparecida/SP: Ideias e Letras, 2010.

BRANDÃO, C.R. **O que é folclore**. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

FERNANDES, B.M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA**, n. 6, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Resultados da pesquisa sobre histórico do município de Rosana. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=354425&search=sao-paulo|rosana>>. Acesso em 20 jul. 2013.

IKEDA, A. T. **Folia de reis, sambas do povo**. São José dos Campos: CECP; FCCR, 2011. (Cadernos de Folclore, v.21).

JURKEVICS, V. I. Festas religiosas: a materialidade da Fé. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 43, p. 73-86, 2005. Disponível em: Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/>. Acesso em: 10 de maio de 2015.

MADEIRA, P. A. **Manifestações culturais como recursos turísticos: um estudo em Barão do Monte Alto**. (Dissertação de mestrado em Turismo e meio Ambiente). Belo Horizonte: Centro Universitário UNA, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Proposta de Decisão do Conselho relativa à celebração da convenção da UNESCO sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais. Bruxelas, 2005. Disponível em: <<http://www.unesco.pt/pdfs/docs/convdiv.pdf>>. Acesso em 20 out. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHARIA/SP. Plano Diretor. Rancharia: [s.i], 1996. Disponível em:<  
<http://www.rancharia.sp.gov.br/prefeitura/website/secoes/planodiretor/planodiretor.asp>>  
Acesso em: 02/05/2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, M. Festas populares e turismo cultural – inserir e valorizar, ou esquecer? O caso dos Moçambiques de Ozório, Rio Grande do Sul. **PASOS: Revista de turismo y patrimônio cultural**. v. 2. n.1, p. 47-56, Universidad de La Laguna, Islas Canarias, España, 2004. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/>>.

SANTOS, C.N. **Cultura e manifestações culturais**: um atrativo turístico no espaço rural dos assentamentos do município de Rosana/SP. 2009. 128f. Monografia (apresentada ao final do curso de graduação em Turismo) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Experimental de Rosana, Rosana. Disponível em: <[http://biblioteca.rosana.unesp.br/int\\_conteudo\\_sem\\_img.php?conteudo=468](http://biblioteca.rosana.unesp.br/int_conteudo_sem_img.php?conteudo=468)>. Acesso em 20 jun. 2013.

SANTOS, C.N. **O patrimônio cultural e as identidades territoriais como possibilidades de desenvolvimento da atividade turística no Município de Rosana/SP**. 2013. 180f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2013.

SAQUET, M. A. Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Produção do espaço e redefinições regionais**: a construção de uma temática. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005. p. 35-51.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200p.

SAQUET, M.A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: outras expressões: 2011.

SOJA, E.W. **Geografias pós modernas**: a reafirmação do espaço na teoria do social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. J. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 8 ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.77-116.

SOUZA, S.A. de. **Transformações socioespaciais no Distrito de Gardênia, Município de Rancharia-SP**. 2012.116f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Geografia) – UNESP-Presidente Prudente, 2012.

SOUZA, S.A. de THOMAZ, R.C.C. Possibilidades para o turismo cultural: o caso da Festa de São Sebastião em Gardênia, Município de Rancharia/SP. In: **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v.3, n.2, 2014. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/3045/2127>. Acesso em: 10 maio de 2015.

THOMAZ, R.C. C. A revalorização e difusão do patrimônio cultural como meio desenvolvimento do turismo rural e cultural: estudo de caso da rede galega do patrimônio arqueológico. **Tópos**. v. 4, n. 2, p. 33 - 59, Dez, 2010. Disponível em:< <http://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2254>>. Acesso em 20 jun 2013.